



**Conselho
Nacional de
Política Cultural**

4ª REUNIÃO

**CÂMARA TÉMÁTICA
COLEGIADOS SETORIAIS**

10 DE MARÇO DE 2026

Ata da 4ª Reunião da Câmara Temática do CNPC de Retomada dos Colegiados Setoriais

Data: 10 de março de 2026

Horário: 16h00 – 17h50

Local: Reunião virtual via Microsoft Teams

Participantes:

| Nome | Organização/Representação |
|--|---|
| Conselheiros Membros da Câmara Temática | |
| Carmen Negrão | Conselheira (Sociedade Civil) / Coordenadora da Câmara Temática |
| Daiara Tukano | Conselheira (Sociedade Civil) |
| Jaqueline Custódio | Conselheira (Sociedade Civil) – Suplente |
| Karina Miranda da Gama | Conselheira (SCDC/MinC) |
| Leonardo Lessa | Conselheiro (Funarte/MinC) |
| Lucimar Marques | Conselheira (Sociedade Civil) |
| Conselheiros não-membros da Câmara Temática | |
| Fabiano Piúba | Secretário de Formação, Livro e Leitura (Sefli/MinC) |
| Fernanda Adão | Conselheira (Sociedade Civil) |
| Fernanda Rabello | Representante do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) |
| Laís Helena Queiroz | Conselheira (Iphan/MinC) |
| Equipe Técnica – Coorenação-Geral do CNPC | |
| Daniel Balabram | Coordenador-Geral do CNPC |
| Diego Santoro | Chefe de Divisão de Colegiados Setoriais |
| Lindivaldo Júnior | Secretário Executivo do CNPC |
| Vinícius Prado Januzzi | Coordenador-Geral do CNPC |

1. Pauta da Reunião

1. Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária.
2. Informes e Memória Institucional.
3. Redefinição do Modelo Quantitativo.
4. Critérios de Diversidade e Interseccionalidade.
5. Engenharia Federativa e Poder Público.
6. Diretrizes do Processo Eleitoral.
7. Encaminhamentos e Próximos Passos.

2. Deliberações e Debate Técnico

A. Expediente Inicial e Validação de Memória

- **Aprovação da Ata Anterior:** O Coordenador Vinícius Januzzi abriu os trabalhos submetendo a ata da 3ª reunião (24/02/2026) à aprovação. Os conselheiros presentes confirmaram a leitura e aprovaram o documento sem ressalvas.
- **Transparência e Publicidade:** Deliberou-se que o documento aprovado será enviado para publicação imediata no site oficial do CNPC, assegurando o acesso público aos marcos históricos da retomada.
- **Contextualização do Progresso:** Vinícius Januzzi realizou um esforço de síntese para nivelar os novos participantes, lembrando que a Câmara já havia pactuado a necessidade de um modelo isonômico de 18 membros, baseado na divisão de terços (1/3 Poder Público e 2/3 Sociedade Civil) para os 21 colegiados aprovados.
- **O Desafio da "Reestruturação em Movimento":** O coordenador enfatizou que a retomada dos colegiados ocorre simultaneamente à reforma do Decreto do CNPC, o que exige uma coordenação fina entre as diretrizes de participação social e os prazos legais de encerramento do atual mandato.

B. Debate sobre a Composição Quantitativa: Isonomia vs. Especificidade

- **A Proposta de 18 Membros:** Leonardo Lessa (Funarte) defendeu o raciocínio que guiou a última reunião: a necessidade de criar critérios comuns para todos os colegiados. Argumentou que, como experiência inaugural, não haveria instâncias de participação legitimadas em cada setor para debater especificidades em tempo hábil, cabendo a esta Câmara estabelecer um ponto de partida seguro.
- **A Tensão dos Sistemas Instituídos (Iphan e Ibram):**
 - **Visão do Iphan:** Laís Helena ponderou que o número de 6 membros para o Poder Público (dentro do total de 18) é insuficiente para o campo do patrimônio cultural. Ela destacou a necessidade de representação interfederativa (Estados e Municípios/frentes municipalistas), dado que a execução da política de patrimônio depende fundamentalmente do alinhamento entre os três entes federados.

- **Visão do Ibram:** Fernanda Rabello relatou que o Instituto Brasileiro de Museus está reformulando o Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e que a proposta construída com o setor previa um Comitê Gestor de 33 membros. Ela alertou que um limite rígido de 18 membros ignoraria o histórico de organização do setor e a necessidade de cadeiras para segmentos como museus universitários e pontos de memória.
- **Indicação da sociedade civil na Câmara:** Carmen Negrão indicou QUE quanto mais forem ampliados os espaços de participação da sociedade civil, melhor para o fortalecimento das instâncias de diálogo e construção das políticas culturais. Destacou ainda que as áreas finalísticas do Sistema MinC podem e devem contar com seus próprios comitês e conselhos, para além do CNPC, e que esses espaços também podem ser convidados ou solicitar participação específica em reuniões com o colegiado quando houver temas de interesse comum.
- **A Nova Pactuação de 21 Membros:**
 - Reconhecendo as especificidades, o grupo debateu a ampliação do teto. Vinícius Januzzi reforçou que, por razões de segurança jurídica e clareza no Decreto, os números devem ser sempre múltiplos de três para permitir a divisão exata de terços .
 - **Consenso:** A Câmara evoluiu para a proposta de um número comum de **21 membros efetivos** (titulares) para todos os colegiados nacionais.
 - **Divisão de Cadeiras:** Com 21 membros, a composição será de **14 representantes da Sociedade Civil (2/3)** e **7 representantes do Poder Público (1/3)**.
 - **Escalabilidade:** Leonardo Lessa pontuou que, com titulares e suplentes, estamos falando de 28 membros da sociedade civil eleitos por setor, o que representa um avanço significativo na capilaridade da participação.

C. Diretrizes de Diversidade, Interseccionalidade e Cotas

- **Paridade de Gênero:** Carmen Negrão reiterou a defesa intransigente da paridade de gênero (no mínimo 50% de mulheres) . A meta é que o novo Conselho rompa com a hegemonia masculina observada na atual composição do Pleno.
- **Distribuição Regional e Geográfica:** Ficou pactuado que, das 14 vagas da sociedade civil, 10 devem ser distribuídas de forma paritária entre as macrorregiões (2 para Norte, 2 para Nordeste, 2 para Centro-Oeste, 2 para Sul e 2 para Sudeste). As 4 vagas remanescentes serão preenchidas pelos candidatos mais votados nacionalmente, independentemente da região.
- **Percentuais de Ações Afirmativas:**
 - **Raça:** Mínimo de 30% a 50% de pessoas negras (pretas e pardas).

- **Indígenas e PCD:** Reserva de vagas mínimas obrigatórias para representantes de povos indígenas e pessoas com deficiência.
- **A Lógica do Barema e Sobreposição:** Leonardo Lessa explicou que os critérios de diversidade não são cadeiras isoladas, mas sobrepostas . Uma candidata negra e PCD da região Norte, por exemplo, atende a múltiplos critérios simultaneamente no sistema de votação, o que permite uma composição diversa sem a necessidade de inflar o colegiado para números inoperáveis.

Comprovação de Atuação Setorial: Deliberou-se que a Comissão Eleitoral exigirá critérios de comprovação de atuação no setor (Ex: currículo, portfólio ou autodeclaração validada por pares) para assegurar que os eleitos possuam legitimidade técnica no campo específico de atuação .

D. Arquitetura do Poder Público e Entes Federados

- **Flexibilidade do Terço Governamental:** Diferente da Sociedade Civil, que terá suas cadeiras definidas pelo processo eleitoral, os 7 membros do Poder Público serão designados pelo Ministério da Cultura e suas vinculadas.
- **Representatividade Interfederativa:** Laís Helena (Iphan) e Fernanda Rabello (Ibram) reforçaram que esses 7 membros devem contemplar não apenas o governo federal, mas também gestores estaduais e municipais, garantindo que o colegiado seja o espaço de pactuação do Sistema Nacional de Cultura.
- **Impossibilidade de Onipresença:** Leonardo Lessa alertou que é operacionalmente inviável que todas as unidades do MinC (Funarte, Ibram, Iphan, etc.) ocupem cadeiras em todos os 21 colegiados, dada a escassez de quadros técnicos para tamanha carga de reuniões . Ficou acordado que cada colegiado terá uma unidade coordenadora "âncora" e as demais cadeiras do governo serão pactuadas conforme a afinidade do tema.

E. Engenharia do Processo Eleitoral e Rebatimento no Pleno

- **Impedimento de Eleição Indireta:** Vinícius Januzzi esclareceu que a Lei do SNC veda que colegiados setoriais indiquem seus representantes para o Pleno em reuniões internas. A eleição para o Pleno do CNPC deve ser direta, por pares, no mesmo ato da votação para o Colegiado Setorial .
- **O cálculo de composição do Pleno:** O sistema de votação deverá tratar os dados de forma que os dois mais votados de cada setor (titular e suplente) assumam as vagas no Pleno, mas com uma "nota de corte" de diversidade. Se todos os setores elegerem apenas homens brancos, o sistema aplicará critérios de substituição para que o Pleno final respeite a paridade de gênero e as cotas étnico-regionais pactuadas .
- **Participação de Segmentos Específicos:** A pedido de Karina Gama e Fernanda Rabello, discutiu-se a possibilidade de "cadeiras qualitativas" (Ex: Ecomuseus,

Artesãos). Vinícius Januzzi sugeriu que as unidades técnicas enviem o desenho dessas cadeiras para que a Coordenação avalie como integrá-las ao modelo geral de 14 vagas da sociedade civil .

3. Próximos Passos:

| Ação | Responsável(is) | Prazo |
|---|--|---------------------------|
| Modelagem do Barema: Elaborar a projeção visual e técnica das 21 cadeiras (14 SC + 7 PP) com a simulação de sobreposição de cotas e regionalidade. | Coordenação do CNPC (Vinícius Januzzi e Diego Santoro) | Até 16/03 |
| Desenho de Cadeiras Específicas: Enviar propostas detalhadas de segmentos qualitativos e "cadeiras obrigatórias" conforme legislações setoriais. | Iphan (Lais Helena) e Ibram (Fernanda Rabello) | Até 16/03 |
| Proposta para Edital: Indicar as diretrizes de comprovação de atuação setorial e os critérios de “desempate” baseados em diversidade. | Equipe Técnica e Coordenação do CNPC | Próxima Reunião |
| Convocação da 5ª Reunião Ordinária: Reunião agendada para validação final da proposta consolidada antes da apresentação formal ao Pleno. | Câmara Temática (Todos os membros) | 17 de março às 16h |